

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

PROFESSOR EVERARDO ANDRADE

Bruno de Moraes Martins Ferreira

MEMORIAL DE FORMAÇÃO

Niterói

2016

Bruno de Moraes Martins Ferreira

MEMORIAL DE FORMAÇÃO

Memorial apresentado ao curso de História do Ensino de História, ministrado como parte curricular do programa de Mestrado Profissional em Ensino de História.

Niterói

2016

Bruno de Moraes Martins Ferreira participou do PROFHISTÓRIA (Entrega do memorial – 03/2018)

Com toda a sorte de trabalhos que precisamos fazer, no dado momento da confecção deste memorial, deparo-me com a eterna dificuldade de me expor em letras o que sai da minha boca com tamanha facilidade. Os professores Everardo Andrade e Marcos Barreto, designaram-me a missão de produzir este memorial com o intuito de tecer minha caminhada no campo do ensino da disciplina história.

Minha vida foi planejada a traçar os caminhos parecidos de meu pai, Moysés, paraibano migrado ainda bebê ao Rio de Janeiro que serviu ao Exército Brasileiro e ao fim de sua vida, fez carreira técnica numa empresa de manutenção de peças de veículos aeroespaciais. Não à toa, eu e meus irmãos tivemos a orientação em cursar o CEFET-RJ Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro – Celso Suckow da Fonseca), pelo menos para que aprendêssemos um ofício que nos rendesse emprego certo. Não é difícil de concluir que fim levou meu curso técnico, na medida em que me tornei professor de história. Mas longe do desejo que qualquer um de seus filhos se tornasse professor, minha mãe Eliane, pernambucana, que migrou de São José da Laje, Alagoas ao Rio de Janeiro, com o objetivo claro de aproveitar a oportunidade que uma menina de quinze anos poderia ter nos anos 1960, daquele Brasil que formavam meninas no curso normal e meninos para a indústria. Minha mãe formou-se no curso normal do Instituto de Educação Sarah Kubitschek, em 1968, e já foi logo trabalhando alfabetizando crianças e adultos através do Mobral, para o governo do Estado da Guanabara. Posteriormente, após a fusão, Passou a ser também, professora da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, lugar no qual trabalhou até suas aposentadorias.

Tendo meus pais caprichado na intenção de nos oferecer bom ensino, nos matriculou no Colégio Nossa Senhora do Rosário, em Campo Grande, onde cursei até a antiga quinta série, em 1994. Ano do plano real, do tetracampeonato do Brasil no futebol, da volta do Fusca por intermédio do então presidente Itamar Franco etc. Ao atender às pressões da família em ingressar nas Forças Armadas, aceitei mudar para o mais tradicional ainda Colégio Belisário do Santos, no mesmo bairro. Era um tanto quanto difícil estar no meio dos filhos da classe média campograndense sem me sentir estranho. Tantos candidatos a advogados, médicos etc. Eu queria apenas realizar meu sonho de infância, ser piloto da Marinha. Passados os anos, em 1997, cursando a oitava série do ensino fundamental no Colégio Martins de Vila Isabel, encontrei desafios tanto particulares quanto sociais e políticos vividos àquele ano. Particulares porque às vésperas da prova de acesso ao Colégio Naval, não tive mais forças para resistir ao fato que o mundo das disciplinas exatas e do ramo tecnológico e industrial não eram o que me encantava e que o sonho de ser piloto da Marinha nada mais era do que algo alimentado pelos meus familiares com a nobre intenção de me convencer a querer ir para as Forças Armadas e almejar a estabilidade tão sonhada por todos. Para não deixar de lembrar, o então governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, selava a venda da Companhia Vale do Rio Doce, dando continuidade à política de privatizações do programa neoliberal. Esse foi um dos eventos que mais me tocaram enquanto desejoso em estudar a história como disciplina escolar ainda.

Chegando aos anos de ensino médio (1999-2002), tive a excelente oportunidade de vivenciar o movimento estudantil através das ações do Grêmio do CEFET-RJ. Particpei do movimento pelo passe livre, lotamos a Avenida Rio Branco de estudantes que exigiam tarifa zero aos seus e mostrando ao povo que a bandeira pela tarifa zero não era a única, mas que os estudantes estavam se manifestando contra todos os problemas que o Brasil sempre enfrentou. E foi nesse momento que a decisão de estudar história foi sacramentada. Naqueles anos de

curso técnico em edificações que não me interessava, eu passava horas na biblioteca da escola lendo livros de história. Não aprofundava tanto quanto nos anos da graduação, mas adquiria naquele momento o capital cultural que me lançaria na faculdade de história, não com a intenção de ser professor, mas com o sonho de me tornar um grande historiador. Se não li os livros originais dos meus futuros professores da Universidade Federal Fluminense, como Ciro Flamarion Cardoso, Daniel Arão Reis, Martha Abreu, Fernanda Bicalho, Jorge Ferreira, Ronaldo Vainfas e tantos outros, devorava os seus textos produzidos ou organizados nos seus materiais didáticos disponíveis na escola. Nesse momento de estudos na biblioteca do CEFET-RJ que entrei em contato com pensadores como Marx, Webber e Durkheim, por exemplo.

No entanto, ao comentar com amigos e parentes sobre o interesse em cursar a faculdade de história, fez surgir uma série de conselhos preocupados com questões salariais e de mercado de trabalho e tudo o mais que jovens brasileiros já nascem aprendendo, que não é nada fácil conseguir bons empregos com salários decentes em nosso país. Preocupado com isso, passei a desenvolver um grande interesse em cursar jornalismo. Como de costume, pesquisei muito sobre a profissão e tive grande interesse em trabalhar numa redação de um jornal ou rádio ou televisão. Eu fazia pesquisas sobre o que acontecia a minha volta, escreveria meus trabalhos e artigos e era próximo ao trabalho de pesquisa. Eu pensava com a esperança típica de quem tem a vida e o mundo pela frente. Estabeleci um ranking para os cursos que tentaria vestibular: primeiro jornalismo, seguido de história e se tivesse mais coragem ainda, tentaria música (mas logo desisti ao ler o programa do teste de habilidades específicas para a licenciatura em Piano, principalmente porque só havia estudado 3 anos de piano). Por duas vezes eu “bati na trave” para entrar na faculdade de comunicação social da UFRJ e fui aprovado e classificado para cursar história na UFF e na UniRio além de ter sido classificado para o curso de licenciatura em geografia na UERJ-FFP, em São Gonçalo. Na

iminência de tomar a grande decisão de onde me matricularia, um dos meus irmãos me advertiu, dizendo que eu seria um pobre miserável e que sofreria assim como a nossa mãe a vida inteira. Logo em seguida, veio minha mãe, Eliane, aconselhar-me sobre os desafios e agruras que um profissional dessas áreas passa durante seus anos de trabalho. De toda a conversa, ficaram gravadas as palavras, “você sabe que você será professor, não sabe? E você acompanhou como era a minha rotina enquanto trabalhava e todos os problemas que tive que passar.” A minha resposta foi que não me tornaria professor de história e que assumiria, naquele momento, toda a responsabilidade da minha decisão.

Foi então que a partir do ano 2004, iniciava o sonhado curso de graduação em história na UFF. Já vivíamos o primeiro mandato do presidente Luis Inácio Lula da Silva, que promovia mudanças no viés das políticas públicas de distribuição de renda e também ampliava o número de vagas e a possibilidade de acesso aos cursos de graduação disponíveis no Brasil. Período em que o mundo da produção científica vivia a pujança das verbas de incentivo à pesquisa acadêmica. Nesse momento, o contato com os principais autores da historiografia de referência dos meus principais professores era a francesa, herdeira dos Annales, a turma da sorbone e alguns professores que emanavam a história viva e tão recente da ditadura civil-militar brasileira. Estava eu fascinado, em meio a tantas coisas, descobrindo tudo o quanto podia naquele momento para que me tornasse num grande historiador.

Em 2005, aparecia na grade curricular da história da UFF, disciplinas sobre história da África. Estavam se adaptando à nova lei 10.639 que determinava que fosse inserido o ensino de história das culturas africanas e afrobrasileiras além das culturas indígenas no Brasil. Nesse momento tive a oportunidade de conhecer o professor Marcelo Bittencourt, especialista em África, que através dele que escolhi qual caminho seguiria na pesquisa acadêmica a partir daquele momento. Tanto fiz que foi esse o tema da minha monografia, onde abordei a questão do comércio de escravos e a estrutura política de Angola e

Moçambique no relato de dois viajantes portugueses entre as costas africanas portuguesas no século XIX. Até então, a possibilidade de entrar em uma sala de aula e trabalhar com ensino básico de história era apenas uma complementação ao trabalho sonhado de pesquisador.

Foi então que aconteceu, em 2006, minha primeira experiência como docente da disciplina história, no Colégio Santo Antonio Maria Zaccaria, no bairro do Catete, Rio de Janeiro. Naquele momento, como monitor de história do ensino médio e professor de recuperação dos alunos, tive a sensação que jamais esperaria sentir na vida. É claro que não foram nas primeiras aulas, que decerto foram horríveis e mal planejadas. Mas ao longo do trabalho sendo aperfeiçoado e melhor planejado, senti a dor e o amor de ser professor de História do ensino básico. Voltava a minha casa, em Niterói, perdido e encantado ao mesmo tempo, principalmente nos dias que conseguia ministrar as aulas que havia feito para os alunos e que davam certo quando eles compravam as minhas ideias e, no fim, acabavam por recuperarem suas notas. Aquilo estava me inebriando por completo. O resultado disso foi que não parei mais de trabalhar como docente desde a segunda metade da minha graduação. Havia conseguido uma bolsa de iniciação científica na Fiocruz, sob a orientação da pesquisadora doutora Ângela Porto, no projeto sobre tratamentos de saúde e doenças entre os escravos do Rio de Janeiro no século XIX. Mas o trabalho na docência já ocupava a maior parte do meu tempo e da minha cabeça.

A partir de 2011, formado licenciado em História pela UFF e trabalhando como professor de História na rede particular de ensino, surgiu uma oportunidade de trabalhar com educação no âmbito das avaliações externas de desempenho. Fui contratado pelo Caed/UFJF (Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação) pra elaborar e revisar itens dessas avaliações sob o critério da Teoria da Resposta ao Item (TRI), onde não leva em consideração somente a quantidade de acertos que o estudante acumula, mas o grau de proficiência desse estudante, eliminando a vantagem pela resposta ao acaso (chute) e classificando o que o aluno

sabe, tendo sido demonstrado em suas respostas. Essa experiência, me fez pensar no que poderia trabalhar num possível projeto de pesquisa em ensino de história. Comecei a pensar nas dificuldades que alguns de nós professores de história temos em ministrar aulas de alguns conteúdos que estão no nosso currículo, seja em virtude dos problemas que enxergamos na extensão desse currículo, ou mesmo na ordem de pensar práticas novas e efetivamente positivas no auxílio ou complemento do trabalho docente.

No ano de 2013 voltei à sala de aula, dessa vez na rede estadual de ensino do Rio de Janeiro. Fui trabalhar como professor de história em São Vicente de Paula, Araruama, Rio de Janeiro. Nesse distrito rural de Araruama, tive excelentes oportunidades de realizar um bom trabalho de formação cidadã aos alunos tanto da Nova Educação de Jovens e Adultos (NEJA) quanto do ensino regular, pois aproveitei a diferente realidade do meio rural-urbano onde viviam, para trabalhar os conceitos sociológicos do enxuto currículo mínimo da rede estadual de ensino.

A partir desse ano de 2016, além do desafio, pelo menos para mim gigantesco, de desenvolver um projeto de mestrado e ainda um produto que seja aplicável na prática docente da disciplina história, acabei de entrar na rede municipal de ensino do Rio de Janeiro, num projeto de escola de turno único, no qual o grande desafio é trazer alunos, crianças e adolescentes, completamente desinteressados do modelo de escola que temos hoje, para estudar 7 horas por dia sem que se sintam presos numa gaiola. É como diz um ditado que se espalhou nas redes sociais, “o desafio do professor de hoje em dia é ensinar a crianças que não querem aprender”. Mas, diante de tudo o que vem acontecendo no âmbito da política e, principalmente da educação, essas práticas docentes que visam ampliar os horizontes dessas crianças tão alienadas do conhecimento das disciplinas da escola, estão sendo rechaçadas dos currículos nacionais através de um governo golpista via poder judiciário e seus ministros que

têm como único objetivo, destruir os serviços públicos essenciais `população em nome do lucro do grande capital.

Condições iniciais, incidente modificador; história como plano B ou com um plano B; fortes pressões lembrando a desvalorização da profissão; sempre a moldura do contexto histórico; forte atração pela prática docente mudando o projeto da pesquisa; ausência de uma reflexão profissional mais profunda expõe o professor às propostas regulatórias: experiência com avaliação na UFJF (teoria de resposta ao item) e Nova EJA